

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e o relatório
dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-087-2026

Ribeirão Preto-SP, 20 de fevereiro de 2026.

À
Rodrigues Leira Odontologia Ltda.
Sertãozinho-SP

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes



Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método direto	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos diretores da
Rodrigues Leira Odontologia Ltda.
Sertãozinho-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodrigues Leira Odontologia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodrigues Leira Odontologia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 20 de fevereiro de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		11.411.237	9.967.040
Ingressos com Operações de Assistência à Saúde		11.936.667	10.406.540
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		11.936.668	10.406.540
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(525.430)	439.500
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(4.680.707)	3.930.154
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(4.653.562)	(4.126.961)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(27.145)	196.807
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		6.730.530	6.036.886
Ingressos de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		96.727	80.204
Outras Ingressos Operacionais		96.728	80.204
Outras Dispêndios Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(86.859)	(108.358)
Outras Dispêndios de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(11.008)	(28.646)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(75.851)	(79.712)
Outras Dispêndios Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(76.542)	(45.326)
Resultado bruto		6.663.856	5.963.406
Dispêndios de Comercialização		(1.341.547)	(1.062.322)
Dispêndios Administrativas	16	(4.886.078)	(4.380.252)
Resultado Financeiro Líquido	17	77.931	(7.824)
Ingressos Financeiras		120.749	61.318
Dispêndios Financeiras		(42.818)	(69.142)
Resultado antes dos impostos e participações		514.162	513.008
Imposto de Renda		(122.762)	(123.564)
Contribuição Social		(46.412)	(49.140)
Resultado líquido		344.988	340.304

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856

Assinado digitalmente por JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=3363909000169, OU=videoconferencia, CN=JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2026.02.27 13:58:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

OCIMAR MILAN:03465079876

Assinado de forma digital por OCIMAR MILAN:03465079876
Dados: 2026.02.27 10:58:53 -03'00'

ANTONIO CATRUNFO LEIRA:2999389856

Assinado digitalmente por ANTONIO CATRUNFO LEIRA:2999389856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=3363909000169, OU=videoconferencia, CN=ANTONIO CATRUNFO LEIRA:2999389856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Data: 2026.02.27 13:58:46 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	344.988	340.304
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	344.988	340.304

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOANA
RODRIGUES
ANDRIELI:29
643606856

Assinado digitalmente por JOANA
RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=33638059000169, OU=videoconferencia, CN=JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 13:59:33-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

OCIMAR
MILAN:034
65079876

Assinado de forma digital por OCIMAR
MILAN:03465079876
Dados: 2026.02.27 10:59:56 -03'00'

ANTONIO
CATRUNFO
O
LEIRA:299
99389856

Assinado digitalmente por
ANTONIO CATRUNFO
LEIRA:29999389856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=33638059000169, OU=videoconferencia, CN=ANTONIO CATRUNFO LEIRA:29999389856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 14:00:21-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	Capital social	Lucro acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	326.502	294.967	621.469
Lucro líquido do exercício	-	340.304	340.304
Saldo em 31 de dezembro de 2024	326.502	635.271	961.773
Distribuição de lucros	-	(28.000)	(28.000)
Integralização de capital	635.270	(635.270)	-
Lucro líquido do exercício	-	344.988	344.988
Saldo em 31 de dezembro de 2025	961.772	316.989	1.278.761

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOANA
RODRIGUES
ANDRIELI:29
643606856

Assinado digitalmente por JOANA
RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
Razão: Eu sou o autor deste
documento.
Data: 2026.02.27 14:01:07-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

OCIMAR
MILAN:034
65079876

Assinado de forma
digital por OCIMAR
MILAN:03465079876
Dados: 2026.02.27
11:01:40 -03'00'

ANTONIO
CATRUNFO
LEIRA:2999
9389856P

Assinado digitalmente por ANTONIO
CATRUNFO LEIRA:29999389856
Razão: Eu sou o autor deste
documento.
Data: 2026.02.27 14:01:54-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de Planos Saúde	11.608.033	10.160.043
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	538.322	200.000
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	-	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais	1.017.261	931.781
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(4.382.706)	(3.800.843)
(-) Pagamento de Comissões	(1.278.803)	(1.112.216)
(-) Pagamento de Pessoal	(737.991)	(528.035)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(37.208)	(32.494)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(1.664.247)	(1.410.757)
(-) Pagamento de Tributos	(1.121.577)	(910.613)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(10.000)	-
(-) Pagamento de Aluguel	(244.563)	(218.856)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(59.794)	(71.300)
(-) Aplicações Financeiras	(749.299)	(350.000)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(2.782.319)	(2.546.297)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	95.109	310.413
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimento de Dividendos	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	4.832,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(30.730)	(477)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(52.470)	(330.716)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(625)	(4.505)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(4.070)	(4.833)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(87.895)	(335.699)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	-
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	-
(+) Títulos Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	-
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	-
Variação líquida do caixa	7.214	(25.286)
Caixa – Saldo Inicial	71.332	96.618
Caixa - Saldo Final	78.546	71.332
Variação líquida do caixa	7.214	(25.286)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOANA RODRIGUES
ANDRIELI:29643606
856

Assinado digitalmente por JOANA RODRIGUES
ANDRIELI:29643606856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO), OU=33638059000169, OU=videoconferencia,
CN=JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 13:55:29-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

ANTONIO
CATRUNFO
LEIRA:299993898
56

Assinado digitalmente por ANTONIO CATRUNFO
LEIRA:29999389856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A1, OU=(EM BRANCO), OU=33638059000169,
OU=videoconferencia, CN=ANTONIO CATRUNFO
LEIRA:29999389856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 13:56:05-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

OCIMAR
MILAN:034
65079876

Assinado de forma
digital por OCIMAR
MILAN:03465079876
Dados: 2026.02.27
11:04:24 -03'00'

Rodrigues Leira Odontologia Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A Rodrigues Leira Odontologia Ltda., é uma sociedade limitada, com personalidade jurídica de direito privado, sediada em Sertãozinho SP. A Empresa tem como objetivo operar planos privados de assistência odontológica, individual, familiares e coletivos, através de clínicas odontológicas próprias ou mediante contratação e/ ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas odontológicas feitos a seus beneficiários. A Empresa possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob nº 41.524-3.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Operadora está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e assistência odontológica, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 20 de fevereiro de 2026.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Operadora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 8 e 9** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização de ativo intangível; e
- **Nota explicativa nº 10** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA.

e Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% (CBS) e 0,10% (IBS), sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da reforma tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras individual e consolidada da Controladora e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nem quererem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação seja concluído e a transição avance a partir de 2026.

e.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Empresa

e.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

(i) CPC 02 / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversibilidade de moeda

As alterações ao CPC 02, em convergência com as emendas à IAS 21 (*Lack of Exchangeability*), estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, além de reforçar os requisitos de divulgação relacionados aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.

(ii) OCPC 10 – Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO)

A orientação técnica estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos ambientais. A Empresa avaliou os requisitos da norma e concluiu que não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício.

e.1.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Determinadas normas contábeis foram emitidas e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Empresa não adotou antecipadamente as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos financeiros

As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Empresa avaliou as alterações e concluiu que não possuem impacto sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(ii) CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

O CPC 51 (IFRS 18) introduz novos conceitos relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela Administração (*Management Performance Measures – MPMs*) e estabelece critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente, por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Operadora para a gestão desses ativos financeiros. A Operadora inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Operadora para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Operadora se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Operadora possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Operadora ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Operadora classifica as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Operadora transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Operadora transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Operadora nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Operadora incluem provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais, débitos de operações de assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Operadora possui são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado*: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Empresa. Conforme determinação da ANS o grupo titulado "Disponível" é representado pelos numerários em caixa e bancos conta movimento.

c Aplicações financeiras

Está demonstrada ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício

respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A aplicação financeira está classificada como livre e é resgatável no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços odontológicos. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de preço pré-estabelecido e 90 dias para os demais planos. A Administração da Empresa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis.

O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos pela Administração a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Avaliação ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Empresa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

g Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

g.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Empresa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo “pro rata temporis” dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

g.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa odontológica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas odontológicas.

g.3 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022, a Controladora deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. No exercício 2023, a Empresa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

i Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real trimestral conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes.

k Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

l Reconhecimento de receita CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 – Receitas, IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2025	2024
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Renda fixa - Pós CDI	7.542	6.741
	7.542	6.741
Aplicações livres		
Títulos de Renda Fixa - Privados	164.627	147.419
Cotas em fundos de investimentos	538.296	182.889
	702.923	330.308
	710.465	337.049

A aplicação financeira é de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representada substancialmente por certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2025	2024
Contraprestações pecuniárias		
Plano individual	97.020	134.423
Plano coletivo	259.907	324.557
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(85.246)	(83.940)
	271.681	375.040

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

7 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2025	2024
Depósitos judiciais e fiscais - TSS e Multa ANS	145.695	101.780

8 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + Depreciação		2025	2024
		reavaliação	acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	98.696	(33.313)	65.383	33.219
Equipamentos odontológicos	10%	107.014	(67.030)	39.984	23.777
Equipamentos informática	20%	394.731	(191.901)	202.830	247.751
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	152.002	(24.033)	127.969	89.253
Veículos	20%	199.999	(63.332)	136.667	176.667
		952.442	(379.609)	572.833	570.667

b Movimentação no exercício

	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2024	511.712	(158.731)	352.981
Adição	313.917	(96.231)	217.686
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	825.629	(254.962)	570.667
Adição	126.813	(124.647)	2.166
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	952.442	(379.609)	572.833

A Administração da Empresa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, nos exercícios, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

9 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Amortização		2025	2024
		histórico	acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	94.413	(26.618)	67.795	76.633

b Movimentação no exercício

	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2024	89.553	(9.123)	80.430
Adição	4.860	(8.657)	(3.797)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	94.413	(17.780)	76.633
Adição	-	(8.838)	(8.838)
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	94.413	(26.618)	67.795

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2025	2024
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG (i)		
Plano individual	35.101	35.406
	35.101	35.406
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (ii)		
Serviços credenciados	20.049	27.180
	20.049	27.180
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iii)		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	173.970	146.825
	173.970	146.825
	229.120	209.411

- (i) Provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) A provisão para eventos a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados para a Empresa em atendimento aos usuários dos serviços odontológicos, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- (iii) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no passivo circulante, foi constituída com base na Resolução Normativa da ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos. A Empresa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com aprovação da ANS.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022:

- Capital Base (CB): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 12.328.082 para 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.701.894 em 2024), multiplicado pelo fator $K=0,41\%$ que equivale a R\$ 50.545 (R\$ 47.978 em 2024);
- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): é apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social da operadora com os ajustes por efeitos econômicos. O exercício de 2025 encerrou com saldo apurado de R\$ 1.210.511 (R\$ 884.103 em 2024) e

Em 2024, a Operadora obteve a comprovação da adoção integral das Práticas Mínimas de Gestão de Riscos e Controles Internos meio dos Procedimentos Previamente Acordados (PPA) da auditoria independente, assim a operadora passou a utilizar fatores reduzidos para apuração do capital baseado em riscos, conforme previstos no Anexo V da Resolução Normativa nº 518 de 29 de abril de 2022 (referidos também no Anexo IV da Resolução Normativa nº 507, de 30 de março de 2022).

O Capital Baseado em Riscos (CBR) apresentada em 2025 foi de R\$ 1.244.211 (R\$ 1.021.287 em 2024) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 1.210.511 (R\$ 884.103 em 2024), estando insuficiente em R\$ 33.700 (R\$ 137.184 em 2024).

11 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2025	2024
CSLL	67	-
ISS	13.872	14.362
Contribuições previdenciárias	15.706	11.480
FGTS	7.786	4.233
COFINS e PIS	31.112	31.089
IRRF - Funcionários	119	81
IRRF - Terceiros	1.045	947
ISSQN	6.570	6.022
INSS retido	16.670	19.303
Outros	2.972	1.493
	<u>95.919</u>	<u>89.010</u>

12 Débitos diversos

Descrição	2025	2024
Fornecedores	154.871	234.690
Obrigações com pessoal	118.242	67.842
Outros débitos a pagar	46.600	8.235
	<u>319.713</u>	<u>310.767</u>

13 Provisões judiciais

Descrição	2025	2024
Provisões para ações - Multa administrativa diversas	<u>145.695</u>	<u>101.780</u>

As ações em andamento estão cobertas por depósitos judiciais, conforme nota explicativa 7.

14 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações, a Empresa está sujeita a certos riscos representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas. Além dos processos devidamente registrados, conforme nota explicativa 13 a Empresa não possui outras demandas em aberto.

Ainda quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais, em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral, cinco anos).

15 Patrimônio líquido

a Capital social

Totalmente integralizado, é composto por 961.772 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00. O lucro por cota em 2025 é de R\$ 0,36 (R\$ 1,04 em 2024).

b Lucros acumulados

Os lucros são distribuídos e ou destinados conforme deliberação dos sócios e Contrato Social.

16 Despesas administrativas

Descrição	2025	2024
Localização e funcionamento	(2.150.723)	(2.127.627)
Serviços de terceiros	(1.376.972)	(1.252.426)
Pessoal	(1.162.759)	(842.749)
Despesas com tributos	(100.604)	(75.736)
Propaganda e publicidade	(68.633)	(81.122)
Diversas	(26.387)	(592)
	<u>(4.886.078)</u>	<u>(4.380.252)</u>

17 Resultado financeiro líquido

Descrição	2025	2024
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	99.735	29.186
Juros	20.926	22.152
Outras receitas	88	9.980
	<u>120.749</u>	<u>61.318</u>
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(55)	(6.219)
Juros e atualização	(2.690)	(17.651)
Despesas financeiras diversas	(40.073)	(45.272)
	<u>(42.818)</u>	<u>(69.142)</u>
	<u>77.931</u>	<u>(7.824)</u>

18 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios de 2025 e de 2024 as transações com os sócios, apresentam os seguintes valores:

Natureza da operação	2025	2024
Pró-labore	39.600	36.720
Distribuição de lucros	28.000	-

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Empresa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e 2024.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Operadora contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Operadora ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Operadora não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Empresa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Operadora não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Operadora não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Empresa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência odontológica e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência odontológica é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	2025	2024
Ativos financeiros		
Disponível	78.546	71.332
Aplicações financeiras	710.465	337.049
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	271.681	375.040
Bens e títulos a receber	203.755	136.029
	1.264.447	919.450

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Empresa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

19.3 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora para oferecer benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui, aproximadamente, 38% (24% em 2024) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras

20 Cobertura de seguros

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	514.162	513.008
Ajustes:		
Depreciação e amortização	133.485	104.888
Provisão para perdas sobre créditos	1.306	20.889
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	26.840	(188.723)
Provisões para ações judiciais	43.915	15.260
	205.546	(47.686)
(Aumento) nos ativos		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(801)	(553)
Aplicações financeiras livres	(372.615)	(118.111)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	102.053	(119.076)
Créditos de oper.de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	-	1.600
Créditos tributários e previdenciários	(14.810)	271.265
Bens e títulos a receber	(67.726)	(22.976)
Despesas antecipadas	583	(1.038)
Depósitos judiciais	(43.915)	(15.261)
	(397.231)	(4.150)
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	(7.131)	15.216
Débitos de operações de assistência à saúde	-	(9.647)
Tributos e encargos sociais a recolher	6.909	(66.357)
Débitos diversos	(57.972)	82.733
	(58.194)	21.945
Caixa gerado nas operações	264.283	483.117
Imposto de renda e contribuição social	(169.174)	(172.704)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	95.109	310.413
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	95.109	310.413

JOANA
RODRIGUES
ANDRIELI:2964
3606856

Assinado digitalmente por JOANA
RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
33638059000169, OU=videoconferencia, CN=
JOANA RODRIGUES ANDRIELI:29643606856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 11:24:36-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

*** fim ***

OCIMAR
MILAN:034
65079876

Assinado de forma
digital por OCIMAR
MILAN:0346507987
6
Dados: 2026.02.27
11:08:28 -03'00'

ANTONIO
CATRUNFO
LEIRA:29999389
856

Assinado digitalmente por ANTONIO
CATRUNFO LEIRA:29999389856
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
33638059000169, OU=videoconferencia, CN=
ANTONIO CATRUNFO LEIRA:29999389856
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.27 11:25:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.